



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/06/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Presentes os Vereadores Mario Covas Neto, Vereador Reis, Vereadora Sandra Tadeu, Vereador Zé Turin, declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2017, tendo por objetivo expor e debater o seguinte tema: Projeto de Lei 364/2017, do Executivo, que disciplina a concessão do complexo composto pelo Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho e por seu centro poliesportivo, a ser realizada no âmbito do Plano Municipal de Desestatização, PMD.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link auditórios online.

Foram convidadas as autoridades a seguir listadas para fazerem parte desta reunião: Sr. Wilson Martins Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, a quem convido para fazer parte da mesa. *Okay.*

Também convidado o Sr. Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda; Sr. Jorge Damião de Almeida, Secretário Municipal de Esportes e Lazer, aqueles que estiverem presentes, dessas autoridades, por favor, se dirijam à mesa para fazerem parte desta audiência pública.

Eu informo aos nossos convidados que estão aqui nas Galerias que, em se tratando de uma audiência pública, o plenário está liberado, caso vocês queiram vir aqui para o andar de baixo, para participarem aqui mais proximamente.

Também estão abertas as inscrições para aqueles que quiserem fazer perguntas. Aqui ao lado da mesa, por favor, façam a inscrição. Nós teremos um número limitado de pessoas, então, portanto, aqueles que fizerem a inscrição mais rapidamente acabarão tendo prioridade nisso. Então, peço a gentileza que façam a inscrição ao lado direito.

A nossa audiência pública, apenas para dar uma explicação geral, terá duas horas de duração, portanto, com término previsto às 17h. Nós fizemos um entendimento junto as Lideranças do Governo, aliás, as Lideranças dos Partidos, para que cada uma delas pudesse

fazer a sua exposição inicial, em nome de sua Bancada, para dar mais tempo até de os populares que quiserem se inscrever poderem se manifestar. Aqueles partidos que, eventualmente, abrirem mão dessa manifestação... sobrar, então, mais tempo para os populares que quiserem fazer as suas indagações.

Inicialmente, o Secretário Wilson Poit terá 10 minutos para fazer uma exposição inicial, e, ao final, ele terá mais 15 minutos para responder as indagações, as dúvidas, que se fizerem.

Então, com a palavra, o Secretário Wilson Poit, para uma exposição inicial de 10 minutos.

Muito obrigado.

O SR. WILSON MARTINS POIT - Boa tarde.

É um prazer estar aqui na Casa para falar sobre o PL 364 de concessão do Estádio do Pacaembu.

Nós preparamos um Projeto de Lei.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Um minutinho só, Secretário.

Por favor, eu peço que aquelas pessoas que estão aqui no âmbito da Câmara Municipal e que não têm o interesse em participar da audiência pública, que libere o espaço para aqueles que o tenham, e que a gente possa ter um pouco de atenção às palavras do Secretário.

Muito obrigado.

O SR. WILSON MARTINS POIT – Muito obrigado.

O Estádio do Pacaembu vem há muitos anos num estado de decadência, de muita despesa. Nós temos uma média de 9 milhões de reais de oneração da Prefeitura nos últimos anos.

Os banheiros num estado bastante precário; instalação elétrica também

deteriorada, já foi tentado, aqui anteriormente, uma concessão do Estádio, mas nós fizemos um projeto agora com bastante... mais democrático e com bastante abertura. Na verdade, é um chamamento para ouvirmos o setor privado.

Nós estamos interessados e abrimos as inscrições que vão a até o dia 3 de julho. Já tem o PMI que foi lançado. A ideia é ouvir o setor privado, as ideias que tem para que o Pacaembu seja reformado e um endereço tão importante dessa cidade tenha continuidade, mas com instalações melhores para a população e sem grande dispêndio de dinheiro público.

A gente deseja desonerar o que temos lá hoje e encontrarmos um parceiro privado que faça uma reforma do Pacaembu, mas de uma maneira, talvez, diferente da que foi tentada no passado.

A grande diferença desse chamamento e desse Projeto de Lei que está aqui na Casa para os senhores é que não é um padrão FIFA. Nós não estamos procurando reformar um estádio para receber jogos de futebol oficial ou de Copa do Mundo como era naquele momento. A ideia é respeitarmos os critérios de tombamento. Já conversamos com Conpresp, Condephaat e, também, com a vizinhança, com a Associação Viva Pacaembu.

Então, o compromisso do Prefeito João Doria é que o Estádio do Pacaembu continue com a vocação esportiva, principalmente, para o futebol, mas que possa ser uma casa, também, para outros eventos de rugby, tênis, basquete. Ela pode ser adaptada para outros eventos e, talvez, não necessitar de tanto investimento.

O processo foi aberto agora até em paralelo com o projeto que está nesta Casa é um PMI, um procedimento de manifestação de interesse. Tivemos até um evento no Museu do Futebol esta semana com muitos interessados. E a ideia é que esses interessados se inscrevam, a Prefeitura vai homologar, e terão 60 dias para apresentar projetos de viabilização, respeitando o patrimônio histórico e um projeto financeiro e jurídico para o Pacaembu.

Também temos o clube poliesportivo que está anexado ao Pacaembu, deverá ser mantido, faz parte da concessão uma reforma daquele clube, mantendo a frequência pública

dos moradores da região, mas nós não gostaríamos de uma reforma do estádio e termos um clube poliesportivo fraco.

Então, a ideia é que seja feito um de reformas, e que o privado nos apresente propostas de quantos anos precisa para amortizar esse investimento.

Também temos como novidade nesse Projeto de Lei que, ao mesmo tempo em que se cadastrarem, os investidores vão protocolar um esboço para que a gente possa submeter um projeto bem básico, uma página, ao Conpresp e ao Condephaat, para que deem uma autorização inicial, para que não percam dinheiro e muito tempo fazendo um projeto complicado e, depois, não seja aprovado pelo patrimônio histórico.

Então, a ideia é de que já nos entreguem esses esboços. Nós vamos ter um parecer rápido de Conpresp e Condephaat.

Baseados nisso, serão autorizados os estudos, já com uma prévia autorização e vamos aguardar a ideia é de que, depois da entrega dos estudos, ainda nesse ano, tendo aprovação desta Casa, a gente consiga licitar a concessão do Pacaembu para um consórcio de investidores ou clubes de futebol, pessoas físicas, associações, o chamamento, o Projeto de Lei permite a participação de todo mundo.

A vontade nossa é a mesma de todo paulistano, de todo morador do Pacaembu, de todo torcedor de futebol: que tenhamos um Pacaembu, um endereço nobre que todos nós já frequentamos, mas com mais dignidade.

Hoje, todo time de futebol que aluga o Pacaembu precisa alugar todos aqueles banheiros químicos. Nós não temos mais banheiros funcionando no Pacaembu para o público com dignidade; não temos instalações elétricas apropriadas, e a ideia é desonerar o Governo; que a Prefeitura possa investir o que gasta hoje na manutenção do Pacaembu, dando prejuízo todos os anos, em educação, habitação, saúde, assistência social, naquilo que é essencial para essa cidade e deixarmos com que façamos uma parceria e uma concessão por alguns anos do Pacaembu.

Não é uma venda. Jamais vai se vender o Pacaembu, e, como eu disse, temos exemplos, em outros países, de estádios tombados que deram muito certo, que receberam investimentos. Estudamos alguns casos, e não uma quantidade enorme de investimentos como estava se prevendo no passado.

Então, basicamente, estamos à disposição para respondermos hoje sobre o PL 364, sobre a concessão do complexo, composto pelo Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho e o centro poliesportivo.

O que nós estamos solicitando nesse Projeto de Lei é uma autorização para essa concessão que vai ser no âmbito do Plano Municipal de Desestatização, que já foi aprovado por esta Casa, e definindo um conteúdo mínimo desse contrato compatível com a concessão.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado.

Passemos, então, a fala dos Líderes ou aqueles que as Bancadas indicarem para serem porta-voz.

Inicialmente, o Partido NOVO.

A Sra. Vereadora Janaína está presente? (Pausa) Não.

PHS por dois minutos, por favor.

O SR. ZÉ TURIN – Eu vou abrir mão, até para acelerar o processo da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Okay. Ótimo. Assim sobra mais tempo para a população que está presente.

PP. (Pausa) PROS, Vereador Ricardo Teixeira está presente? (Pausa) Não. PSC. (Pausa) Também não? PTN (Pausa) Vereador Milton? (Pausa) Não está presente. Muito bem. Pelo PMDB.

Vereadora Janaina Lima do Partido Novo vai fazer as suas indagações, pelo tempo de dois minutos.

A SRA. JANAINA LIMA – Boa tarde a todos os presentes, a todos os munícipes que nos acompanham pela TV Câmara São Paulo, aos que estão presentes na galeria da

Câmara. Quero agradecer a presença do Secretário Wilson Poit; e cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vereador Mario Covas Neto.

Venho aqui, primeiro, cumprimentar o Secretário Poit pelo brilhante trabalho que vem realizando a frente da Secretaria de Desestatização, e por estar aqui hoje na Câmara Municipal de São Paulo se colocando à disposição dos munícipes pra esclarecer todas as dúvidas referentes ao projeto, e não só o do Pacaembu como também de todas as concessões.

É importante a população entender, participar e se engajar nesse importante projeto pra cidade porque, na verdade, nossa cidade tem muitas necessidades, e são necessidades além de ter um estádio como o Pacaembu. Precisamos garantir Saúde e Educação para todas as crianças, para todos os munícipes.

Muitas vezes, sabe-se que o recurso falta nos cofres públicos e com esse projeto do Pacaembu, a gente, além de avançar, de dar saltos grandes no sentido da modernização, da participação com o uso melhor daquele espaço, permitirá que a Prefeitura do Município de São Paulo possa, de fato, trabalhar para as reais necessidades do Município de São Paulo.

A minha fala é no sentido de apoiar o nosso Secretário Poit, parabenizá-lo. Pra mim, é uma honra ser do mesmo partido que o senhor, do Partido Novo, e de estar aqui levantando a bandeira, junto com o senhor, desse projeto da Prefeitura. Mais do que isso, contar com a galeria cheia e com o plenário lotado a fim de que possamos chegar a um consenso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Próximo orador: a liderança do PMDB está presente? (Pausa) Não. Do PPS? (Pausa) Tem a palavra o Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde a todos, a todas, também cumprimentar o Secretário que compõe a Mesa.

Na verdade, faço uma pergunta: das vezes que ouvimos a exposição sobre a

necessidade de fazer a concessão do Pacaembu, falou-se muito da função econômica, na contrapartida, na verdade, daquilo que a cidade deixaria de investir no Pacaembu tendo um parceiro pra fazer melhorias, melhoramentos no Estádio e no Complexo Poliesportivo. No entanto, geralmente os contratos de privatização, de concessões têm preocupação com a função social da concessão e as devidas contrapartidas.

No projeto de lei não há contrapartida do ponto de vista da função social da concessão. Está fixado que o objeto, que o contrato da concessão firmado entre o Município e o concessionário contemplará, no mínimo, o objeto e o prazo determinado da concessão; o modo, a forma e as condições de cumprimento; os direitos, as garantias e obrigações; as formas de remuneração e de atualização. Então são levados em conta os aspectos econômicos, mas nenhuma contrapartida social.

Nós precisamos verificar quanto aos usuários atuais do Pacaembu, mesmo os que usam o seu complexo poliesportivo. Verificar se aquele que ganhar a concessão, que passar a ser o concessionário, se não poderia – e já no contrato – assegurar no tempo as concessões, as contrapartidas sociais. Acho que é importante numa cidade, que tem bastante carência na área esportiva, nas políticas voltadas ao Esporte, à Cultura, à Educação, um projeto que fará uma concessão acima de 30, 40 anos, de sei lá quantos anos são, se eles vão apresentar uma proposta pra você pagar os custos da reforma. Então acho importante a cidade sempre ter preocupação com as contrapartidas sociais que, até o momento, não constam desta discussão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado, Vereador.

Tem a palavra o representante do PSOL, Vereador Toninho.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos, a todas. Cumprimento o Secretário Wilson Poit e o Vereador Mario Covas Neto, que preside a sessão. E ao cumprimentar os dois, eu cumprimento toda a Mesa.

Secretário, a Secretaria do senhor está na frente, já fez uma exposição no

Conpresp apresentando algumas ideias do que poderia fazer com o equipamento. Se não me engano, o Conpresp já disse que todas as ideias colocadas seria um tombamento, e não seria possível fazê-lo.

Queria entender um pouco melhor. De fato, qual é o projeto da concessão? Que tipo de concessão vocês estão pretendendo fazer?

Uma das coisas que discuti na gestão passada - e os Vereadores aqui da gestão passada sabem disso – é que, às vezes, acabava aprovando projetos muito subjetivos dando ampla autorização para o Executivo. Eu já fazia crítica à época, eu achava estávamos deixando as nossas prerrogativas enquanto Câmara Municipal.

E pra se votar projeto dessa envergadura, um patrimônio histórico importante da cidade, eu precisaria de mais informações para entender um pouco qual é o tipo de parceria e o que se pretende fazer. Acho importante saber disso porque estamos falando de dois equipamentos, e não só do Estádio. Gostaria de ter mais informação. Até agora, eu não sei. Se um eleitor meu me pergunta: você vota a favor ou contra e por que, eu vou ficar sem saber responder por que nem eu, aqui na Câmara Municipal de São Paulo, estou entendendo direito como é a concessão, do jeito que vai ser feita e qual o seu propósito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador.

Em seguida, o PTB, por favor.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário, obrigado pela presença. As minhas perguntas são bastante simples, são muito mais pra esclarecimento até mesmo do público que ainda vai participar da discussão.

O artigo primeiro, parágrafo 2º, em seus incisos, fala da situação dos indicadores do contrato. Participamos muito de organizações sociais, desde 2006. Eu gostaria muito de ter no texto da lei os critérios de revisão dos indicadores. O mundo muda muito rápido e, em pouco mais de 10 anos de organizações sociais, temos hoje mudanças incríveis no próprio

contrato. Então gostaria muito que pudéssemos ter periodicidade nos critérios de avaliação dos indicadores dessa relação porque tudo está mudando. Acho que assim se evitaria uma arbitragem futura.

A segunda é que nós temos concessões – para idosos, jovens, etc - tudo aquilo que foi permitido, ao longo do tempo, pelas leis desta Casa, concessões do Executivo para o uso do Pacaembu. Gostaríamos, como Vereadores – eu acredito que em sua grande maioria – que ficasse bem claro: na contrapartida com o município, qual é o percentual que podemos oferecer pra situação das pessoas idosas ou daqueles que têm a carteira de estudante? Essas concessões, esses benefícios foram concedidos ao longo do tempo. Bom seria se tivéssemos tudo isso com clareza num contrato pra que não virasse tema de discussão no futuro.

A última pergunta: não há dúvida de que vamos tratar num ambiente que se transformará rapidamente em eco. É uma região muito politizada e muito tranquila. Essa região é um polo gerador. E lá temos o custo com o CET e com a Polícia Militar cada vez que houver evento. Pergunto: os custos que hoje existem serão assumidos no contrato, claramente, por quem assumir essa situação? Ou, de novo, o município vai continuar conduzindo os custos que envolvem o polo gerador desses eventos?

Vamos fixar no contrato limitações para número de shows num espaço como esse, em se tratando do Pacaembu, que está num ambiente absolutamente residencial?

Por fim, os projetos de desenvolvimento social que estão hoje ali instalados num desses espaços, como é que podemos manter esse tipo de trabalho de desenvolvimento social dentro do texto para que possamos continuar a manter?

Era só isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador Paulo Frange.

Tem a palavra a liderança do PV. (Pausa) Não está presente. E pelo PRB? (Pausa)

O SR. ANDRÉ SANTOS – Boa tarde a todos, boa tarde Secretário, boa tarde aos

presentes na Mesa. A nossa grande preocupação sempre é a população. Já foi dito pela Vereadora Janaína, e têm sido dito pelos Vereadores, daquilo que for arrecadado com a concessão, quais serão os benefícios trazidos pra cidade de São Paulo, especialmente pra população de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Somente isso?

O SR. ANDRÉ SANTOS – Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Quem vai falar pelo PSB? (Pausa) Quem falará pelo PSD? Tem a palavra o Vereador Police.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimentar a todos que participam da audiência pública. É fundamental a iniciativa do Prefeito Doria e o esforço feito pela equipe de Secretários, mas aqui estamos dialogando e esse esforço será permanente até a data de votação do projeto, e tentar trazer para o corpo da lei o maior conjunto de diretrizes gerais e diretrizes específicas que possam contemplar garantias do ponto de vista social e garantias do ponto de vista do equilíbrio econômico-financeiro para que de fato tenhamos uma concessão.

Eu vou percorrer três ou quatro dúvidas que persistem do início desse debate, na medida em que o projeto pretende disciplinar a concessão, mas não anunciou que tipo de concessão é essa. Se é uma concessão patrocinada, se é uma concessão administrativa, até porque as duas, dependendo da decisão, vai carecer de garantias dadas pela autoridade pública. Se a concessão obriga remuneração por parte do agente público, sem dúvida nenhuma, temos de pensar em quais as garantias e o que motivará o setor público oferecer alguma garantia para isso. E, portanto, aqui separar se o estudo econômico-financeiro não apontar equilíbrio, não termos a concessão? Ou existe alguma possibilidade de mesmo que os hipotéticos concorrentes não consigam alcançar, o Município está disposto para transferência à iniciativa privada realizar algum investimento.

É bastante importante separar o que é o acesso e essa vem muito por conta da nova legislação imposta pela Lei de Parcelamento, que é a Praça Charles Miller. Um complexo

que é público, permanecerá público, mas terá uma gestão privada a partir de concessão. Temos o principal acesso a ele por uma praça, a Praça de Charles Miller não deixará de ser praça, pelo menos em todos os documentos trazidos até a Casa e, portanto, esse é um diálogo muito intenso que tem de ser realizado porque esse dispositivo de praça serve à sociedade e deve servir à sociedade e não só hipotético concessionário e talvez esse seja um dos elementos de maior estresse na relação daquele que porventura tenha desejo de administrar em forma de concessão o Pacaembu.

O Pacaembu foi estudado na gestão anterior e muitas das contribuições, já foram dadas de maneira eficiente. A Secretaria de Esportes e a SP Parcerias, à época, debateram isso com a sociedade e receberam um conjunto de sugestões. O que daquelas sugestões já pode ser antecipado como fórmula de orientação para esse debate que temos aqui? Já existe um debate na sociedade tanto aquele que a gente realiza aqui, mas já existia um debate entre os interessados que se manifestaram. Temos sempre de buscar um equilíbrio muito objetivo quando se trata de concessões porque a manutenção de um patrimônio público tem de se equilibrar com a responsabilidade de diálogo que tem com o entorno. Estamos falando de uma região estritamente residencial, mas também com hipotético agente privado que vai realizar o seu investimento ali e, portanto, se uma dessas ferramentas não dá equilíbrio, perde a municipalidade. Então, perde ao escolher um parceiro que não tem capacidade de gestão, mas perde também ao não escrever um modelo econômico-financeiro que garanta a função social desse equipamento.

O quero trazer aqui como reflexão é: o que nos garante hoje ao remeter esse projeto para cá, dos estudos que já foram realizados, que esse equilíbrio é possível? Porque a consulta que está em curso termina depois dessa audiência, termina no dia 3. Esperamos muito que todas as contribuições que forem dadas venham a esse debate. Mas por que vir ao debate? Porque o projeto pode sair da Casa com um conjunto de garantias para a sociedade do entorno, para os investidores e para a própria administração que ainda não temos, até

porque a sociedade ainda não se manifestou. A que está aqui se manifestou em algumas audiências realizadas pela Secretaria, mas tem outra sociedade que quer fazer o investimento que está em fase de manifestação. Por isso, para que a gente consiga, dentro do processo legislativo, colher essas manifestações populares, mas também dos investidores, talvez na próxima audiência, a gente possa reunir os elementos da primeira etapa e os elementos trazidos nessa etapa de consulta pública que a Secretaria realiza.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Agora vamos intercalar com as pessoas que vieram. A Sra. Helena Mafez, da Viva Pacaembu, que tem a palavra por três minutos.

A SRA. HELENA MAFEZ – Boa tarde, sou Helena, da Associação Viva Pacaembu por São Paulo. A minha contribuição vai no sentido de reforçar, primeiro, que a gente considere os elementos já amplamente discutidos em momentos anteriores em relação às demandas do entorno do Pacaembu, das questões de função social, função pública que o Pacaembu tem. E também maior clareza de como, a partir desse primeiro levantamento das propostas dos interessados, continuará um processo de audiência pública de transparência em relação às propostas que serão eleitas e de fato com quais indicadores e com qual ponderação esses indicadores encaminharão essas escolhas. Acho que o projeto de lei ainda está muito aberto e faltando elementos para uma clareza maior do que será efetivamente privilegiado e valorizado dentro dessa escolha. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Com a palavra a representante do DEM, por cinco minutos.

A SRA. SANDRA TADEU - Sr. Secretário, boa tarde a todos, Sr. Presidente, Secretário Poit, já estive no Governo conversando algumas questões sobre o projeto. Na verdade, acho que realmente temos de modernizar o sistema, sou favorável que haja essa concessão. Mas da maneira como está exposto aqui, eu tenho certeza que isso não vai poder

ser aprovado dessa maneira nesta Casa. Infelizmente, Sr. Secretário, e digo isso, porque o Sr. Prefeito gosta do “vamos acelerar” e que as coisas realmente aconteçam, isso em algum lugar vai ficar parado como vários projetos, de vários outros prefeitos já ficaram parados, do tipo a PPP da iluminação, os corredores de ônibus. Uma hora fica parado no Tribunal de Contas, outra hora no Ministério Público.

Precisamos realmente de mais dados. Não temos nem o prazo que será feita a concessão. Não podemos deixar um prazo indeterminado. Não poderemos deixar um contrato em que não sabemos as suas diretrizes. Nenhuma empresa privada faz um contrato com alguém sem estar escrito dentro dele a sua normativa. E não temos essa normativa escrita aqui.

Aqui, na verdade, não se pode dizer que não é um projeto de uma lei pública e nem um projeto de uma lei privada porque isso é muito sucinto. Para que a gente evite problemas posteriores, para que não seja parado lá na frente em algum órgão público, isso tem de vir para esta Casa de explicando de que maneira será feito esse contrato, quem está no interesse, quem serão esses concessionários. Dessa maneira como está é muito sucinto. E a Cidade, estamos fazendo um contrato não é por quatro anos, faremos uma concessão não sei por quantos anos. Normalmente os contratos são feitos por 20 anos, o do lixo, do mobiliário urbano, se não me engano, 20, 30 anos; os de ônibus. E a Cidade muda e temos de ter um controle.

Como o Vereador Paulo Frange disse, quando foram montadas as organizações sociais se pensava de uma maneira e hoje a gente observa que aquela maneira já não é tão correta. Hoje, deve haver modificações nesse contrato.

O que venho pedir a V.Exa. e ao Prefeito é que ele tem de nos mandar algo que explique melhor o contrato. Como diz o próprio Toninho Vespoli, eu não sei dizer se sou a favor ou contra, porque não sei nem o que diz o projeto. Eu sei que o projeto é uma concessão.
(Palmas)

Eu tenho de saber o que está dizendo o projeto, eu tenho de saber o tempo, quais os termos do contrato, ou que pelo menos o que a Prefeitura espera do concessionário que vai ocupar esse espaço. Todos que estão aqui, tenho certeza, querem o bem da cidade de São Paulo. Então, eu, vereadora, membro da Comissão de Justiça, faço esse apelo. Que venha um substitutivo com mais explicações para que possamos concordar com essa concessão. A gente sabe que o Pacaembu é uma despesa grande para o Município. Hoje a manutenção é grande, mas ao mesmo tempo, sabemos que o Pacaembu tem uma ação social extremamente grande, é um patrimônio da cidade de São Paulo. E não podemos abrir, simplesmente, numa folhinha de papel como essa. Temos de saber muito mais detalhes do que vai ser feito no Pacaembu.

Essas são as minhas palavras. (Palmas)

O SR, PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereadora Sandra Tadeu. Também intercalando, o Sr. Pedro Ernesto, do Viva Pacaembu, o senhor tem três minutos.

O SR. PEDRO ERNESTO – Boa tarde a todos. Meu nome é Pedro Ernesto Pi. Sou morador do Pacaembu, cidadão paulistano há 70 e poucos anos, um pouco mais novo do que o Estádio do Pacaembu. E antes de falar ou de até deixar de falar da falta de diretrizes desse antiprojeto, da falta de objetivos, da falta de normativa, da falta de transferência até o momento e que a população está começando a ser ouvida e estamos chegando no final do processo, eu gostaria de contar um pouco da história, porque sem a história não temos competência e não temos ensaios para trás que possam nortear aquilo que por ventura estejamos vendo e fazendo. Para relembrar a memória de todas as pessoas, desde o Governo da Sra. Erundina, o assunto concessão, venda e uso do Pacaembu por entidades privadas, todas as gestões municipais dos últimos 40 anos tem falado, levantado e não tem conseguido levar a um bom termo.

Por que será que isso acontece com governos socialistas, democráticos, nacionalistas, militares e assim por diante? Provavelmente porque o Estádio do Pacaembu tem como seu nascedouro, como suas raízes, se manter dentro da Prefeitura como um símbolo de

cultura, de esporte e da população. Até porque já é tombado, e que ele continue sendo administrado pela Prefeitura com os seus usos. Seja para o futebol ou outros esportes, principalmente pelos moradores da cidade de São Paulo que podem usar o seu centro desportivo e com despesas muito pequenas ou até com lucro que a própria Prefeitura pode ter.

E com isso contamos com aquilo que nos foi vendido pelo atual Prefeito, de trazer para a Municipalidade a gestão. Gestão não é transferir para terceiros. Gestão é mostrar o que é capaz de fazer. E é isso que esperamos tanto dos Vereadores quanto de todos os que aqui estão interessados no assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Vereador Celso Jatene, pelo PR.

O SR. CELSO JATENE – Cumprimentar o nosso Presidente, Vereador Mario Covas; Secretário Wilson Poit, na pessoa de quem cumprimento, toda sua equipe; amigos do bairro do Pacaembu. Secretário, tenho uma preocupação grande, há um contraponto aí entre o chamamento e o projeto de lei. E essa é a nossa responsabilidade como Vereadores. Para podermos aprovar a concessão por projeto de lei, aliás, já foi aprovada aqui, em 2005, a possibilidade da concessão do Pacaembu, projeto do Vereador Domingos Dissei, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas. Para aprovarmos a autorização para a concessão do Pacaembu precisamos saber qual é a contrapartida que a Cidade terá.

E quando o senhor fez um chamamento aberto para ouvir o mercado, então é como se fosse um livro isso, primeiro o senhor tem que ouvir o mercado para depois mandar para a Câmara Municipal, em forma de projeto de lei, o seguinte: de acordo com a nossa oitiva, o mercado apresentou que o modelo de gestão ideal para a concessão do Pacaembu é esse e a contrapartida para a cidade de São Paulo é essa. Por isso, Srs. Vereadores, por favor, autorizem porque já sabemos o que vai acontecer.

Não dá para autorizarmos uma coisa que não sabemos o que é, nem vocês sabem

o que é. O mercado não se manifestou ainda, essa é a essência desse projeto. Por exemplo, saiu na imprensa ontem que a Câmara Municipal barrou o projeto de concessão do Pacaembu. Ninguém barrou nada aqui. Tentei, como Secretário de Esportes, fazer a concessão do Pacaembu, só que estabeleci os critérios. Os critérios são esses aqui, quem quiser ficar com o Pacaembu sob concessão tem que transformar o Pacaembu numa Arena FIFA.

Isso é opinião. A opinião de vocês é diferente e nós respeitamos, porque temos opiniões divergentes, debatemos, mudamos de opinião, só que assim, o que vai acontecer com o Pacaembu? Vamos autorizar a concessão, o mercado ainda não se manifestou. E se quem se manifestar disser o seguinte: eu fico pelos 9 milhões por ano e faço o que for possível durante 15 anos. Vai destruir o Pacaembu em 15 anos. Aí acabou mesmo. Aí não tem mais o que fazer, porque não vai ter o compromisso da contrapartida.

O Art. 112, da Lei Orgânica do Município, que colocamos no projeto mestre da criação do Conselho e que o nosso Presidente, Vereador Milton Leite, quando estava no exercício da Prefeitura de São Paulo, vetou. É ele que tem que ser o mestre dessa história das concessões. Todas as concessões são possíveis. Todas as privatizações são possíveis e concordamos com várias. Todas as PPPs são possíveis, desde que a Câmara Municipal e a população de São Paulo saibam, a contrapartida é essa aqui.

Por exemplo, a Secretaria de Esportes que cuidou do Pacaembu durante todos esses anos, vai ter a garantia dos recursos que possam advir da concessão do Pacaembu? Vai poder recuperar 15 equipamentos de esportes públicos na periferia de São Paulo? É um exemplo só. Precisamos saber isso. É essa a nossa dúvida. É um chamamento em aberto e um projeto de lei de concessão que não estabelece qual é a contrapartida. Portanto, também está em aberto. É o chamado cheque em branco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Iênidis Benfati, Presidente do Conselho Deliberativo da Viva Pacaembu por São Paulo.

O SR. IÊNIDIS BENFATI – Boa tarde a todos. Hoje não vou falar sobre o bairro do Pacaembu. Vou falar sobre a cidade de São Paulo e a gestão atual que a Cidade tem.

É uma grande surpresa que uma Municipalidade emita com o selo da qualidade de gestão, assumir que não tem competência para gerir um bem público para uso esportivo do qual a Cidade tanto necessita.

A Cidade gasta dinheiro para tirar viciados da Cracolândia e não impede que a clientela da Cracolândia aumente. A justificativa para essa concessão, Secretário, é o tripé em que a Prefeitura se apoia para investimentos. E é um tripé que apoiamos completamente: Saúde, Educação e Segurança.

A Secretaria de Concessões, a Secretaria de Esportes e a Municipalidade esquecem-se que esporte é Saúde, Educação e Segurança. Não adianta ficar enxugando gelo, tentando tratar os viciados da Cracolândia se não oferecermos para a nossa juventude outra oportunidade muito mais saudável, segura e cidadã.

Essa é uma coisa que precisamos repensar. É preciso fazer a concessão do estádio? Acho que essa questão não é relevante, se é necessário conceder ou não. O que é necessário é que a Prefeitura mantenha para usufruto e para atender as necessidades sociais da periferia da Cidade, dos jovens e dos adolescentes, um equipamento público pronto, com uma despesa mínima. Dizer que é deficitário é uma balela. Não há uma única comprovação de que o estádio é deficitário. O estádio pode ser mal utilizado, subutilizado, mas deficitário não. Se for deficitário gostaria que o Secretário de Esportes e o Secretário de Concessões nos apresentassem o quanto se gasta com o estádio com documentos comprovativos e o quanto se arrecada.

Portanto, esse arrecadar, o uso, o aluguel do estádio para qualquer evento, se paga ou não paga. Ou coloca na caderneta para depois esperar uma anistia como tem sido o costume. Os times, clubes usam o estádio, não pagam e depois são anistiados da dívida. Assim não há equipamento que seja lucrativo, todos são deficitários.

É subutilizado? É. E essa utilização que não é tão completa é uma necessidade da Cidade que não tem equipamentos esportivos suficientes para atender a demanda. Por isso os nossos jovens vão assaltar na saída de banco, no farol, vão pedir dinheiro no farol, vão para a Cracolândia, porque não tem uma atividade cívica, saudável, disciplinada, educativa para fazer.

Então a concessão ou não, não é relevante, mas o que se vai fazer lá é que é relevante. E não se esqueçam, o tripé Educação, Saúde e Segurança está fundamentado no esporte. E gostaria de pedir ao senhor um grande favor e sei que vai fazer. Entregar a nossa camiseta ao Secretário Damião, o uniforme que lhe foi prometido, e dizer a ele que, por favor, não use enquanto o que estiver escrito não for verdadeiro para ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Vereador Antonio Donato, pelo PT.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa tarde a todos. Vou procurar ser objetivo nos meus argumentos e questões, mas antes tenho uma curiosidade. A primeira é a seguinte, o Gabinete do Prefeito tem uma Assessoria Técnica Legislativa. Tive a oportunidade de trabalhar com vários procuradores que lá estão, sob o comando da Dra. June, muito competentes. Recuso-me a crer que esse projeto e o projeto seguinte que discutiremos, passou pela assessoria técnica legislativa do gabinete do Prefeito. Então gostaria dessa informação primeiro, se passou pela assessoria técnica ou não. Porque o projeto, além de genérico, como já foi explicado aqui, diz respeito à Lei Orgânica. Isso não é possível, que a gente receba um projeto que diz respeito à Lei Orgânica. O Vereador Celso Jatene já falou do Art. 112 da Lei Orgânica, e eu quero lê-lo.

“Art. 112 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas (...). A venda de bens imóveis dependerá sempre de avaliação prévia, de autorização legislativa e de licitação, na modalidade de concorrência.” Isso para alienação de bens imóveis.

O Município também pode conceder. “A concessão administrativa de bens públicos depende de autorização legislativa e concorrência e será formalizada mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.”

“Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão, autorização e locação social, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado”.

Mas o mais importante é que a gente não está falando apenas de um bem público. Não é um predinho, não é um terreno vazio. É um patrimônio histórico da Cidade, é um bem afetivo da Cidade. E ele não comporta somente ser tratado como bem, porque ele oferece serviços. Como o senhor mesmo explicou, tem um clube, as pessoas usam, participam.

Quando se trata de serviços, a Lei Orgânica também estabelece, no Art. 128: “Lei Municipal disporá sobre: I - o regime das concessões e permissões de serviços públicos, o caráter especial do respectivo contrato ou ato...” – ou seja, a lei municipal tem que dispor sobre -, “o prazo de duração” – não está na lei – “e eventual prorrogação, admitida esta apenas excepcionalmente, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão e da permissão; II - os direitos dos usuários; III - a política tarifária; IV - a obrigação de manter serviço adequado”.

Portanto o projeto de lei enviado está em desacordo com a Lei Orgânica. Este é o primeiro problema grave, que obrigaria que a Câmara devolvesse ao Executivo e falasse: instrua melhor esse projeto de lei.

A segunda questão diz respeito ao que já foi citado pelo Vereador Police Neto, mas me parece bastante grave. O edital do PMI lançado pela... Edital de Chamamento Público nº 2/2017, publicado em 1º de junho de 2017 e com prazo para propostas até 3 de julho de 2017. O que diz o edital em seu item 1.3? “Os estudos deverão apresentar soluções financeiramente viáveis e que resguardem a maximização do interesse público do Projeto, podendo este ser modelado na forma de concessão ou outros formatos juridicamente válidos.” Está escrito aqui.

Pode ser uma PPP, pode ser outro formato. O chamamento está em andamento até 3 de julho, só que o projeto já diz que é uma concessão. Ué, para que é que tem o chamamento, então? Tem algo que não fecha nessa história.

Ou seja, essa ideia de fazer as coisas rapidamente implica em atropelar a legislação - isso a gente não pode aceitar - e atropelar o próprio processo definido pela Secretaria. A Secretaria definiu um processo para consultar o mercado. Antes de encerrar esse processo, eles apresentam um projeto de concessão. Só que o mercado, ciente, pode apresentar outro tipo de modelagem, que pode ser, teoricamente, mais vantajosa para o interesse público – trabalhando em tese. Então tem um problema aí que não fecha a conta. Isso aqui claramente pode ser judicializado, então a pressa vai levar a muitos problemas.

Estamos falando dos problemas legais. Agora a gente tem outras questões. Quando o legislador fez a Lei Orgânica, quando ele estabeleceu que as concessões precisam de uma autorização legislativa, não é uma autorização formal, não é simplesmente um carimbo. Significa que a representação legislativa deve debater a fundo essa autorização, discutir com a sociedade em audiências públicas, para ter todos os elementos para autorizar esse processo de concessão.

O que a gente vê aqui no projeto é que não tem um parâmetro, não tem prazo, não tem as contrapartidas. Então a gente vai autorizar o quê? Não é nem um cheque em branco, isso. Cheque está em desusos. Você está dando a senha da sua conta no banco, e façam o que quiserem. Então não dá para aceitar isso. Isso é absolutamente desqualificante para a Câmara Municipal, e a Câmara Municipal não como nós, os 55 vereadores, mas o que nós representamos.

Aqui a gente tem que procurar representar da melhor forma possível a população, nesses casos principalmente, ouvindo-a, envolvendo-a, escutando seus desejos e procurando transformá-los numa proposta que contemple os interesses mais gerais do Município de São Paulo. Então a autorização legislativa não pode se esvaziar do sentido de autorização

legislativa. Não é um carimbo. É um debate, um profundo debate com a sociedade e ele não pode ser feito de maneira açodada, atropelando prazos e sem debater os verdadeiros conteúdos. Nós vamos dar uma autorização legislativa e no dia 3 se fecha o chamamento, a PMI, e a partir daí o Executivo faz o que quer.

Só para concluir, eu também esperava, na apresentação do Secretário, ter os custos do Pacaembu, as receitas, os investimentos necessários, os direitos dos usuários. O senhor falou que vai mandar para o Conpresp e para o Condephaat, se entendi bem, uma página resumida para ter a aprovação desses órgãos, mas me parece que o Pacaembu merece alguma coisa mais do que isso, como patrimônio da cidade de São Paulo.

São essas as minhas questões e no segundo debate farei outras.

Obrigado. (Palma)

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas Neto) – Obrigado, Vereador.

Sr. Roberto Carlos, do Polo de Ecoturismo de São Paulo. (Pausa) Sr. Roberto não está presente, então passemos ao representante do PSDB. (Pausa)

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas Neto) – O João Jorge ia falar pelo PSDB. Cadê o João Jorge? (Pausa)

- Fala fora do microfone.

O SR. JOÃO JORGE – Sr. Vereador Mario Covas Neto, Presidente desta comissão, Secretário Wilson Poit, Vereadores, convidados, telespectadores a TV Câmara, a verdade é que nós estamos vivendo um momento histórico na cidade de São Paulo. Eu quero remeter a setembro, agosto, julho, junho, maio do ano passado quando o Prefeito Doria, ainda pós-prévias do PSDB, até mesmo antes das prévias, o então candidato dentro do PSDB João Doria quando esboçava seu programa de Governo, suas ideias para administrar a cidade de São Paulo, ele já começava a falar em um grande programa de desestatização. Aí veio a elaboração de um programa de governo e ficou mais claro esse programa de

desestatização com privatizações, com concessões e com parcerias.

O Prefeito foi bem claro. O candidato naquela oportunidade foi bem claro, inclusive sobre o Pacaembu, havia uma dúvida se venderia o Pacaembu e ele disse que não iria vender o Pacaembu, que o Pacaembu deveria ser algum tipo de parceria, de concessão. O que ele falou que iria vender e permanece são Interlagos, Anhembi, e algumas propriedades públicas que para nada servem e que precisam ser vendidas para fazer dinheiro.

Então, o que estamos vivendo hoje nada mais é do que o cumprimento de uma promessa de campanha de um Prefeito que ganhou em primeiro turno e está fazendo agora exatamente o que ele falou que ia fazer. Claro que existiam outras candidaturas que contraditavam e se opunham ao Programa do Doria e não foram vitoriosas. Essa foi vitoriosa. Então, primeiro há que se respeitar e parabenizar tanto ao Prefeito quanto ao seu secretariado hoje aqui na pessoa do Wilson Poit por fazer o que prometeu durante a campanha, o que não é comum. As pessoas prometem e acabam não fazendo. O Prefeito Doria está fazendo.

Na verdade, gestão não significa que ele tem de gerenciar tudo e administrar tudo. Faz parte de a gestão conceder e terceirizar e passar para outros fazerem. O bom gestor faz isso. O bom gestor delega também.

Se é para provar que é um bom gestor, então vamos trazer a telefonia de volta e olha como foi bom privatizar a telefonia brasileira. Como foi bom conceder estradas. Estado de São Paulo que o diga através de rodovias, as melhores do País aqui no Estado de São Paulo concedidas. Aeroportos concedidos. Isso avança no mundo todo.

A verdade é que a gestão pública não tem tido capacidade nem para gerenciar aquilo que é realmente fundamental, como saúde, educação, transporte público. O transporte ainda terceira, dá, porque quando se privatizou transporte mostrou-se muito ruim quando se estatizou o transporte. Então você acaba privatizando, terceirizando e é lógico que tem de haver uma administração, uma boa fiscalização.

A gente confia tanto na capacidade do Secretário Wilson Poit, da sua equipe e,

principalmente na liderança do Prefeito João Doria, que tudo o que fez até hoje na iniciativa privada fez bem feito. E aquilo o que prometeu durante a sua campanha tem cumprido fato é zerando as filas para exames médicos, a questão de creche já avançando, vagas em escolas, velocidades nas Marginais, revisão das ciclovias na Cidade avançando, número absoluto de multas reduzindo, acabando com a indústria de multas. Essa é mais uma área que está se cumprindo, está apresentando, está discutindo e a Câmara Municipal de São Paulo está levando muito a sério sim.

Há Vereadores participando, ouvindo a população, o Presidente Mario Covas Neto muito zeloso do seu trabalho na Comissão, nós estamos ouvindo a Cidade. O Secretário vem aqui discute, o Prefeito dá entrevista, fala. Se algum Vereador quiser falar, ele ouve, aceita as opiniões. Acredito será muito bem sucedido todo o programa de desestatização.

Hoje, em especial, o Pacaembu. Quem não gosta do Pacaembu? Claro que quem mora lá perto tem uma situação mais afetiva, mas a gente que assistiu tanto futebol lá e mesmo eventos não esportivos. Também amo o Pacaembu, tenho apreço e não gostaria de ver o Pacaembu mal tratado nas mãos da iniciativa privada, mas o que se prova e o que se atesta no Brasil e em qualquer lugar do mundo é que a iniciativa privada faz melhor do que o setor público. Lamentavelmente é isso o que acontece e tem de colocar na mão de quem faz melhor.

A área pública, lamentavelmente, além de ser menos eficiente, ainda tem essa tendência para a corrupção. Veja o que o País está vivendo há alguns anos. Passa para a iniciativa privada. Estamos gastando com isso. Vamos passar sim para a iniciativa privada para uma concessão boa, bem planejada, bem feita, bem estudada, ouvindo a população como estamos fazendo aqui hoje. Creio que vai dar certo e o resultado será positivo.

A única sugestão – falo em nome da liderança do PSDB, a Vereadora Adriana Ramalho está em outro compromisso e pediu para dizer que ela faz uma luta em defesa de pessoas, portadores de deficiência física, necessidades especiais e ela sugere que haja alguma coisa de incentivo à prática esportiva de pessoas portadores de deficiência física.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. Diogo da Luz.

O SR. DIOGO – Boa tarde. Muito obrigado pela oportunidade de falar.

Falo como um cidadão comum, um pagador de impostos. Quero pedir aos senhores que não importa se a decisão virá da Câmara ou do Executivo. Ache uma maneira seja privatizando, doando, emprestando, fechando, fazendo o que achar melhor, parcerias, mas, por favor, deixem de gastar o dinheiro público, o nosso dinheiro em equipamentos que não sejam essenciais. Guardem dinheiro para coisas fundamentais. (Palmas)

Eu quero lembrar também que em todos os casos de privatizações havidas no País, nenhuma se mostrou ineficaz, prejudicial, pior. E não me vem à cabeça nenhum caso de qualquer equipamento privado que tenha sido estatizado e depois disso tenha se mostrado melhor. Peço que se entendam e economizem o máximo os nossos impostos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Passa agora a palavra ao Vereador Reis, como membro da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. REIS – Obrigado, Presidente Mário Covas. Cumprimentar aqui o Secretário Wilson Poit, público presente, meus colegas Vereadores.

O que eu quero questionar Sr. Presidente é um pouco o porquê da pressa. Eu acho que o projeto foi muito mal feito, foi feito de forma apressada e o governo quer aprova-lo de forma apressada e não há necessidade de pressa. Isso, se não acontecer amanhã, o mundo não vai acabar. A Administração tem quatro anos pela frente, tem tempo para fazer aquilo que o representante do PSDB falou, nós não estamos aqui discutindo contra a vontade, o programa do Prefeito Doria, estamos questionando a forma que o projeto chegou aqui, nós estamos questionando o texto do projeto e temos de buscar aperfeiçoá-lo porque temos convicção e certeza que pela composição que o governo tem aqui, ele vai conseguir fazer e implementar os seus projetos.

Não podemos como Vereadores, representantes do povo da cidade de São Paulo, engolir as coisas da forma que estão vindo para esta Casa.

O projeto é muito genérico, não fala de prazos. Conforme já foi falado existe uma consulta pública, não temos o resultado ainda dela e o projeto já veio dessa forma. Quando o projeto chega a esta Casa, ele passa pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e vai tramitar em outras comissões. Essas comissões emitem os pareceres e eles serão debatidos e aprovados. Alterações poderão surgir e o Governo pode aguardar esse prazo de tramitação que a Câmara deve dar para ouvir a população, para a população entender o que está acontecendo porque também queremos um Pacaembu arrumado, a Cidade arrumada. Não somos contra isso. Agora, dentro das regras e que possam convencer a sociedade como um todo.

Já foi falada a questão da Lei Orgânica, não só o artigo 112, mas também o artigo 114 também. A questão da justificativa. Estou privatizando, qual é a justificativa. Eu vou ter contrapartida? Onde será investida essa contrapartida? Observando algumas leis, inclusive a do ex-Vereador Dissei, que foi apresentada, o texto é muito melhor do que esse texto que veio para cá. Observando outras leis de concessões, há prazos, do retorno. Não o texto genérico que foi mandado a esta Casa.

Essa pressa é desnecessária. Temos tempo para discutir, debater, trabalhar e não precisamos aprovar as coisas da noite para o dia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Passa agora a palavra ao Vereador Caio Miranda.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Presidente Mario Covas, obrigado pela palavra. É muito importante ter a oportunidade de debater os dois PLs que envolvem o início do programa de desestatização do Prefeito João Doria. Até porque ontem a repercussão da não votação na CCJ por parte da Imprensa leva para a opinião pública uma impressão de que a Casa, os Srs. Vereadores, não tem um espírito de cooperação, e isso não procede.

Sou favorável à desestatização do Pacaembu, e acho que o mais importante, neste momento, é que a população tenha noção de qual é a receita atual e a despesa anual do Pacaembu no modelo vigente. Hoje os principais clubes não jogam lá, o Corinthians tem estádio próprio, então a receita de bilheteria de jogo de futebol caiu.

Ao ter consciência da despesa e da receita do Pacaembu e do quanto representa do Orçamento da Cidade manter o Pacaembu 100%, como é hoje, as pessoas verão que é pesado para o Estado. O Secretário está anotando algumas pontuações que foram feitas pelos Srs. Vereadores Donato e Reis de legalidade, do texto do projeto, mas o mais importante é rebater o discurso de que está entregando a Cidade, sucateando, desfazendo-se de bens, já que o modelo será de concessão, o que permitirá que um interessado privado faça a gestão do equipamento e consiga ter mais eficiência na gestão. Isso é o mais importante.

Portanto, como Vereador novo, que mora no bairro, frequenta o Pacaembu, tenho certeza de que esta Casa apreciará o Pacaembu como objeto de desestatização, considerando a sua importância histórica para a Cidade.

O Ginásio do Pacaembu chama Aristides Jofre, o pai do Eder Jofre, ex-Vereador; e avó do Marcel Jofre, assessor do Vereador Milton Ferreira. São muitas histórias ligadas a esse patrimônio da cidade de São Paulo, e temos de preservá-las. Assim como o Museu do Futebol, que é um sucesso de visitação e de turismo para a cidade de São Paulo, tenho certeza de que o potencial do Complexo do Pacaembu para atrair turismo e render frutos para a cidade de São Paulo é inestimável.

Agora, com a audiência pública realizada, os argumentos de quem discorda do projeto não poderão passar mais pela falta do debate, que já está iniciado e o Secretário responderá as perguntas.

Então, sou favorável à desestatização do Pacaembu, à concessão do estádio. Acho sim que as regras têm de ser bem claras, mas o mais importante é que a Cidade saia ganhando e esse patrimônio continue à altura que já é.

Assim como as pessoas se alertaram para a desestatização do Pacaembu, pela repercussão que houve, pela CCJ de ontem não ter deliberado conclusivamente para encaminhar o projeto à votação, também não seria legal saber pelos jornais hoje que a Câmara teria aprovado a desestatização sem, antes, discutir com a sociedade. Portanto, acho muito importante esta audiência e fico muito satisfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Claudinho de Souza.

O SR. CLAUDINHO DE SOUZA – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente Mario Covas Neto, cumprimento o Secretário, a quem quero contar uma história rapidamente. Há 20 anos, em 1997, eu era presidente de um CDC, uma área pública da periferia da cidade de São Paulo, cedida pelo Governo, mas que, porém, essa área tem de ser construída e mantida pelos usuários. Tínhamos lá duas traves, um banheiro sem energia e sem água potável, e esse equipamento era usado só aos sábados à tarde e aos domingos, pela manhã, e aos feriados.

Assumi a presidência daquele CDC e propus um projeto. Havia três problemas: o equipamento, o usuário e o entorno do equipamento. Nós precisávamos melhorar o equipamento, e fizemos isso. Então, propusemos à comunidade quem se interessava em executar um projeto que já predispos. Um empresário se dispôs, então demos a ele a concessão por 10 anos daquele espaço. Acertamos com os moradores do entorno para que as atividades que ali acontecessem não interferissem na vida das pessoas que moravam no entorno.

Conversamos com a comunidade e passamos a abrir aquele espaço que passou a ser utilizado todos os dias da semana. Com essa amplitude, o empresário construiu duas quadras poliesportivas, seis churrasqueiras, um salão de festas, um salão para aulas de balé. Esse patrimônio passou a ser do Município, depois de 10 anos de concessão ao empresário.

Há 20 anos, eu já havia implantado um projeto num equipamento menor, então sou totalmente favorável à proposta do governo. Só quero concordar com algumas observações que foram feitas. Por exemplo, quando apresentei o projeto, ele era claro: tinha umas obras a serem feitas e um tempo de uso pelo empresário que topasse fazer aquelas obras. Então, acho que esse debate deveria acontecer novamente quando tivéssemos do governo a clareza dessa relação com o eventual empreendedor que fará a proposta de intervenção, considerando o uso, o equipamento e o conforto, num equilíbrio entre os usuários e a comunidade.

Portanto, a proposta é extremamente positiva. E fica a minha indagação de como será a relação com o empreendedor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a nobre Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Acho relevante alguns pontos destacadas pelos colegas, como o nobre Vereador Caio Miranda, que trouxe a questão do ocorrido ontem e que foi, hoje, amplamente difundido nos jornais, que esta Casa derrotou o Prefeito Doria em um não apoio e um adiamento dessa matéria trazida. Primeiro, quero refutar que não há adiamento nem derrota, porque a derrota de um projeto como este, de desestatização, concessão, seria uma derrota para a Cidade.

Quando a gente fala de abordar questões numa audiência pública como esta, é para que este projeto seja melhor aperfeiçoado, que tenha contribuições dos cidadãos paulistanos, e que todos tenham a possibilidade de se sentir parte do que está sendo decidido na nossa Cidade. Por isso que o representante do Prefeito fez questão de estar presente, para responder todas essas questões.

Então, não aceitarei tirarem conclusões a respeito da minha legislatura dizendo se sou, ou não, favorável. Sou favorável, por isso venho a esta tribuna a fim de declarar e declinar qualquer dúvida que paire sobre o meu posicionamento quanto a este projeto. Mais do que

isso, fazer com que a sociedade, num caráter pedagógico, entenda o que está acontecendo. É importante que esta galeria, na data de hoje, esteja lotada e que a participação dos munícipes tenha voz.

Como disse o Sr. Diogo da Luz: como pagador de impostos, como cidadão, parem de gastar dinheiro público com equipamentos desnecessários e passem a gastar com serviços essenciais. Essa foi uma fala aplaudida nesta audiência, porque é uma necessidade da sociedade sentir que o recurso público está indo aonde, de fato, a sociedade clama.

Por isso, vou trazer alguns dados do estádio do Pacaembu e o que ele representa aos cofres públicos.

O Pacaembu tem a receita de R\$ 2,5 milhões e tem uma despesa de R\$ 9 milhões. Isso representa um deficit de R\$ 6,5 milhões de reais. Então, se a Prefeitura, no ato da concessão, parar de ter esse custo, o que a Cidade pode ganhar? Seriam 76,4 mil bolsas-família, 2.260 alunos da rede pública e 18 UBSs construídas. Essas são algumas das propostas que encaminho ao Secretário Point, que pode servir como sugestão do uso do recurso público.

Realmente há coisas que precisam ser aperfeiçoadas no projeto, como: prever a forma de remuneração dos concessionários; os direitos e as obrigações dos concessionários; o detalhamento do que está sendo discutido. Também quero destacar que, embora o projeto preveja autorizações para transferência de concessionária, ou então o controle societário, ou qualquer coisa desse gênero, isso necessita de autorização desta Casa, por isso a necessidade de nós estarmos olhando.

Gostaria de reiterar o meu apoio a todo o plano de desestatização, ao Secretário Point, e parabenizo os cidadãos que vieram e usaram a tribuna, porque a gente só conseguirá construir uma nova sociedade com valores sólidos com a participação e o engajamento da sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O último inscrito é o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Laerte Brasil. Primeiramente, Parabênico os demais Vereadores que estão no Plenário, a todas e a todos, especialmente os telespectadores da TV Câmara São Paulo e internautas.

Sou chanceler global da Unesco. Trabalho na área de esportes há mais de 20 anos e a minha universidade tem um clube, o Cosmos das Nações Unidas, Clube Galáctico Futebol e Desportos, que é uma empresa nacional, que é o Cosmos Nações. Inclusive, vamos estreiar na primeira divisão do Campeonato de Futebol Profissional do Distrito Federal, em 2018.

O esporte, em nosso País, gera 13% do PIB da União. E aqui, na cidade de São Paulo, são 28,6% do PIB do Município, gerando riqueza e emprego.

Voltando para o PL. Qual é a minha tese? Eu fico com a explanação de Celso Jatene. Acho que o que está aqui, nesse PL, é uma coisa totalmente abstrata. Com todo respeito, nem o Professor Pardal mandaria um projeto desses para uma Câmara. É um verdadeiro absurdo. É atentar e violar a inteligência da sociedade.

A minha tese..., eu acho que o Pacaembu é um patrimônio da sociedade paulistana. Sou contra à privatização, que vai transformar em uma OS da Saúde, que é criada para desviar recurso do SUS e recurso público, para enriquecer ilicitamente muita gente.

O que eu acho que deveria ser feito no Pacaembu? Celso Jatene falou muito bem. Tem de reformar o Pacaembu para um padrão FIFA e, aí, cobrar da Federação Paulista de Futebol e da CBF e de outras entidades.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, para suas considerações finais, me foi feita uma indagação pelo Vereador Reis, que eu gostaria de submeter ao senhor.

Segundo o Tribunal de Contas do Município, o Pacaembu custa algo como 6,5 milhões de reais por ano. Mas o Theatro Municipal custa 123 milhões de reais por ano, algo

como 20 vezes mais que o Pacaembu. A pergunta que ele faz, por meu intermédio, é se há alguma ideia de fazer a privatização do Theatro Municipal.

O senhor tem a palavra para as suas considerações finais e respostas às indagações.

O SR. WILSON MARTINS POIT - Muito obrigado a todos.

Um agradecimento muito especial à Casa, pelas contribuições. Anotamos todas.

Queria cumprimentar o Vereador Mario Covas Neto; a Vereadora Janaína Lima, minha colega, e na pessoa dela, cumprimento todos os Vereadores presentes. Cumprimento, também, todo o público presente, na figura de dona Iênídes, da qual tive o prazer de ficar amigo, que é de Fernandópolis, Interior de São Paulo. Já fizemos algumas reuniões com a Associação Viva Pacaembu.

O nosso interesse, aqui, é realmente ouvir toda a sociedade e fazer o que é preciso, na cidade de São Paulo.

Com muito respeito a todas as falas, que tivemos aqui, eu diria para vocês que São Paulo tem pressa. Temos diversas coisas acontecendo na Cidade e dinheiro, como foi dito aqui pela Vereadora Janaína e pelo Diogo, dinheiro público sendo empregado em coisas não essenciais.

Acho uma vergonha uma cidade como a nossa faltando creche, faltando Saúde, faltando Educação. Gastar dinheiro público em algumas empresas municipais, em shows, em eventos, em ativos públicos que dão prejuízo e consomem bastante dinheiro. Lembrando ainda que eu acredito fortemente que, quando a gente fala dinheiro público, não existe dinheiro público. É nosso dinheiro. É dinheiro de pagadores de impostos que tem que ser reservado para o que é essencial, para o que a cidade de São Paulo mais está precisando.

Eu tenho muito honra de estar hoje Secretário de Desestatização e Parcerias do Governo João Doria, justamente porque cuidamos de três modelos de projetos. Quando falamos em desestatização, e algumas vezes, aqui, eu pude ver hoje e vejo na mídia todos os

dias, a palavra privatização, às vezes, sendo usada como sinônimo do que fazemos.

Em primeiro lugar, não vamos privatizar o Pacaembu, o Ibirapuera, não vamos privatizar os cemitérios. Há uma série de projetos que são concessões.

Importante aproveitar este momento, talvez, para esclarecer que em desestatização vamos fazer privatizações, que são, basicamente, três grupos, que eu já vou falar; vamos fazer concessões, em que não vamos vender nada. Vamos encontrar uma forma mais inteligente de gestão, sim, e vamos fixar no papel de fiscalizador do dinheiro que está sendo empregado ali, e do benefício, principalmente, para a cidade de São Paulo. E, em terceiro lugar, vamos fazer parcerias público-privadas.

Então, privatização é sim alienação, como é o caso do Complexo Anhembi, de Interlagos e de milhares de imóveis e terrenos, que esta cidade tem, pouco utilizados e abandonados. Pretendemos, realmente, saber o que temos, porque, hoje, não sabemos. E levar esse dinheiro para o Fundo, que esta Casa aprovou, um projeto que muito me honra em ter participado, que criou o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, que para onde irá todo o dinheiro que virá das privatizações, das outorgas, das desonerações.

E respondendo as perguntas de alguns Vereadores, o que será feito com esses recursos? Serão empregados em Saúde, em Educação, em Habitação, em Segurança, em Mobilidade Urbana e Assistência Social. E só o essencial é que será prioridade nesta Gestão. Lembrando a todos que Lei do fundo Municipal ficará para os próximos gestores.

Importante dizer para os senhores que vamos usar esse Fundo apenas para investimentos e jamais para custeio. Não irá para o caixa único da Prefeitura.

O Pacaembu não será vendido. O Pacaembu será concedido por um tempo determinado. Realmente, esse projeto de lei está em aberto, é bastante democrático e, com todo respeito, Vereador Donato, passou, sim, pela Assessoria técnica, passou pela Dra. Juni. A ideia é fazermos coisas simples e rápidas.

Esta Cidade precisa e considera que é melhor aproximadamente já do que

exatamente nunca. E o Pacaembu, por exemplo, está andando de lado, como foi dito aqui, deste a Prefeita Erundina. Nesta Gestão, com esta Casa, queremos muito fazer e parar de andar de lado. Talvez a pior coisa, talvez, não seja não se fazer as coisas, mas é ficar andando de lado a vida toda. Chegou a hora. Acho que há vontade política. Apesar de tudo o que está acontecendo neste país, há interessados e estamos aqui para fazer um modelo. Acho que precisamos desse tripé. Vontade política, acho que está aí expressada pelo Prefeito, desde o primeiro debate. Ele foi eleito para fazer isso. Interessados, recebemos o tempo todo. Por exemplo, o Sr. Pedro Ernesto.

Estamos aqui para ouvi-los. Esse é só um projeto de lei, que nos autoriza a concessão.

O que lançamos, agora, foi um PMI, um Procedimento de Manifestação de Interesse, que trará até a Prefeitura, até a Secretaria, no dia 03, apenas a lista dos interessados. Vamos tornar público, no mês de julho, quantos interessados apareceram, quantas organizações, quantas empresas e aí, sim, daremos prazo, 60, 90 dias, para que apresentem os seus projetos. Não queremos um pacote fechado. Queremos ouvir, mantendo a função principal do Pacaembu e quais seriam as outras formas de receita, como respeitar a população vizinha e TAC que está em vigor, como fazer a reforma que o Pacaembu precisa, sem utilizar dinheiro público, mantendo as atividades sociais, os benefícios, as visitas das escolas e tendo um clube mais digno. Porque o Pacaembu tem um complexo poliesportivo que está deteriorado, que precisa de uma reforma. Não queremos, e o Prefeito João Doria não quer, gastar dinheiro, neste momento, com mais uma reforma do Pacaembu, com mais uma reforma da pista de Interlagos, com mais uma reforma nas goteiras do Anhembi ou com mais uma reforma em alguns equipamentos da Cidade, quando a Cidade está precisando de Educação, de creche, de Saúde e de Habitação, com 25 mil moradores de rua atualmente.

Então, a nossa vontade é a mesma de vocês. A experiência de vocês, e tudo que foi falado, aqui está anotado. A contribuição é muito importante. Vamos responder a tudo isso.

Vamos conversar com os senhores. Tenho recebido todos os Vereadores, são todos bem-vindos. Tenho vindo a esta Casa e virei muito mais nos próximos dias.

Acho que é importante dizer, também, como foi noticiado pela Imprensa que enviamos para cá todos os projetos. Não enviamos para cá todos os projetos de lei. Os senhores nos ajudaram com a aprovação do Fundo de Desenvolvimento da Cidade e, agora, estamos encaminhando para esta... Os senhores e a sociedade reclamaram, no início do ano, que seria uma carta branca, que seria um projeto único para todos os projetos. Respondendo aos senhores e depois de ouvir os conselhos dos senhores, não tem carta branca. Dividimos esse projeto de lei em seis projetos de lei. Enviamos para esta Casa, esses dias, esse projeto do Pacaembu e também o das concessões. Estará chegando a esta Casa, até a próxima semana, o projeto de alienação de imóveis, que cria um fundo imobiliário. São três. Temos mais três projetos, lá, sendo preparados, que é o projeto de alienação da SPTuris, que é o Anhembi; o quinto, que é o projeto de concessão dos cemitérios e do serviço funerário, que também está praticamente pronto, depois da busca de muitas informações; e o sexto projeto, que virá para esta Casa, é o projeto de privatização do Autódromo de Interlagos. Então, são seis projetos, para que possamos ter tempo, audiências como essas, possamos ouvi-los, conversar e corrigir o rumo da coisa. Porque, o que é importante é que estamos falando de equipamentos, de empresas e de imóveis que o dinheiro de São Paulo não pode ir mais para esse tipo de equipamento. Estamos buscando investimento no que é prioritário. Várias vezes foi perguntado aqui o que a Cidade mais precisa, neste momento, principalmente a população mais humilde. E eu pergunto aos Srs. Vereadores, se os senhores voltarem para os seus eleitores e perguntar a eles: “O que vocês gostariam que a gente fizesse mais com o dinheiro que está entrando na Prefeitura hoje? Seria resolver o problema de creches, a fila de Saúde, a parte de medicamentos, construir mais UBSs ou vamos investir esse dinheiro em uma reforma do Pacaembu, que está precisando muito, antes que seja invadido, ou investir no Anhembi, ou em Interlagos, ou investir 50 milhões na Fórmula 1? O que vocês gostariam mais?” Eu acho

uma coisa bastante óbvia. Eu e o Prefeito João Doria temos visitado, nos fins de semana, todas as regiões de São Paulo. A Cidade de São Paulo está precisando do básico, do essencial. E a prioridade desta Gestão será o essencial. Queremos cuidar do que é mais importante para a Cidade, neste momento.

Também ressalto, aqui, o meu colega, Secretário e Vereador Celso Jatene, que também disse do outro chamamento do Pacaembu, do qual tive a oportunidade, inclusive, de participar. E digo sim, que estamos aprendendo com o passado. Aprendemos com os nossos próprios erros, aprendemos com os erros dos outros, que é mais barato, e estudamos o case de outros estádios, de outros lugares. Não queremos levar um pacote fechado. Não adianta procurarmos um investimento de 300 milhões no Pacaembu, porque essa conta não vai fechar.

Como foi dito aqui, pelo Vereador Police Neto, vamos buscar indicadores. O projeto está em aberto, quanto ao prazo, porque, dependendo do investimento, serão necessários dez anos, que é o prazo mínimo. Mas poderemos precisar de 12, de 15. E é isso o que o contrato vai fiscalizar.

Também lembro aos senhores que essa não é a única audiência pública desse projeto. Receberemos os estudos. Vamos montar e estudar isso com uma comissão. E, aí, antes da publicação da licitação, novas audiências públicas serão feitas. Vamos ouvir a todos os senhores, a população, a Associação Viva Pacaembu, esta Casa e os investidores. E, aí, sim. Estamos fazendo um projeto muito simples, estamos, com respeito, pedindo autorização a esta Casa para podermos utilizar o trabalho desse estudo. E queremos muito, ainda este ano de 2017, termos um resultado desses estudos, montarmos a licitação, fazermos todas as audiências públicas necessárias para fazermos as correções e publicarmos a licitação. Aí, sim, teremos prazo, contrapartidas. Pode ser que o ganhador traga, para a Cidade, outros benefícios, que não seja uma reforma. Acho que um benefício grande, que já trará, será tornar o Pacaembu um lugar seguro; com banheiros que tenham respeito pelas senhoras, pelos senhores, pelas crianças; uma instalação elétrica segura; que o Pacaembu não fique cheio de

banheiros químicos, inundados e cheio de geradores, porque a instalação elétrica está extremamente precária. Não é lá que vamos investir o dinheiro dos pagadores de impostos.

Acho que a Cidade precisa, mais do que nunca, priorizar o que é essencial e passar para o setor privado, mediante... Não vamos abrir mão disso. Vamos criar uma agência municipal reguladora. Não será um grande cabidão de empregos e não serão diversas agências. Vamos fazer uma agência e já estamos dialogando para isso, para fazermos uma agência exemplar.

Acho que São Paulo fará um programa de desestatização único e exemplar para diversas cidades deste país. Temos, no Brasil, programas desestatização e de privatização em todos dos governos, de todos os partidos. Mas não temos, até hoje, e acho que esta Casa tem um momento único: São Paulo pode fazer um mandato histórico. Este é o momento de fazermos juntos um plano de desestatização exemplar, para 200, 300 cidades deste Brasil. Esse plano começa hoje, mas segue pelo mês de julho. Estarei aqui, inclusive no mês de julho, quantas vezes os senhores solicitarem, para esclarecer dúvidas. E espero que, no mês de agosto, tenhamos alguns projetos desses aprovados.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado, Sr. Secretário Wilson Martins Poit.

Sr. Secretário, há um questionamento. Se o senhor puder responder depois...

Agradeço a presença de todos nesta audiência pública. Realizaremos, também, a respeito desse tema, uma nova audiência pública, em data a ser ainda designada.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada esta audiência pública.